

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS**, visando a futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **locação de veículos de passeio**, sem inclusão de combustível e motorista, com quilometragem livre, englobando a manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro total (inclusive contra terceiros), para atender às necessidades da Administração Municipal, Secretaria da Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é um documento preparatório a este Termo de Referência. Na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO, QUANTIDADES E VALOR

2.1. As especificações e os quantitativos dos serviços constam a seguir:

ITEM	UND	QDT. MESES	QDT. VEÍCULOS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIÁRIO MENSAL P/VEÍCULO
01	Und	12	5	ITEM 01 – VEÍCULO HATCH COMPACTO (1.0 / FLEX / AR / 4P) "Locação de veículo de passeio tipo Hatch Compacto, 4 portas, capacidade para 5 passageiros. Motorização mínima 1.0 (flex). Potência mínima de 70 cv. Ano/modelo mínimo 2023. Equipado com ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidros e travas elétricas, freios ABS e Airbag duplo Incluso: quilometragem livre; seguro total (colisão, incêndio, roubo e terceiros); manutenção preventiva e corretiva completa (peças e mão de obra); pneus em bom estado; assistência 24h (guincho) e carro reserva. Licenciamento e IPVA por conta da Contratada.	2.659,00
02	Und	12	10	ITEM 02 – VEÍCULO SEDAN COMPACTO (TURBO ou 1.3+ /	3.366,67

				400L) "Locação de veículo de passeio tipo Sedan Compacto, 4 portas, porta-malas com capacidade mínima de 400 litros. Motorização mínima 1.0 Turbo OU motorização aspirada acima de 1.3. Potência mínima de 109 cv. Ano/modelo mínimo 2023. Equipado com ar-condicionado, direção elétrica/hidráulica Incluso: quilometragem livre; seguro total (colisão, incêndio, roubo e terceiros); manutenção preventiva e corretiva completa (peças e mão de obra); pneus em bom estado; assistência 24h (guincho) e carro reserva. Licenciamento e IPVA por conta da Contratada.	
03	Und	12	3	ITEM 03 – VEÍCULO EXECUTIVO / SUV (AUTOMÁTICO / 115cv+) "Locação de veículo de passeio tipo Sedan Médio ou SUV Compacto. Motorização mínima 1.0 Turbo, 1.2 Turbo, 1.3 Turbo ou 2.0 Aspirado. Potência mínima de 115 cv. Ano/modelo mínimo 2023. Câmbio Automático. Bancos confortáveis, central multimídia Incluso: quilometragem livre; seguro total (colisão, incêndio, roubo e terceiros); manutenção preventiva e corretiva completa (peças e mão de obra); pneus em bom estado; assistência 24h (guincho) e carro reserva. Licenciamento e IPVA por conta da Contratada.	4.430,28

3. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo global anual estimado para a contratação é de **R\$ 1723.030,48**, conforme pesquisa de preços anexa aos autos.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado a partir da sua assinatura.

5.2. O prazo de vigência dos contratos decorrentes da Ata será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitado o limite máximo de **10 (dez) anos**, caso se trate de serviço contínuo, conforme art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. A prorrogação contratual é condicionada à:

a) Ateste da autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração;

b) Manifestação expressa do interesse da CONTRATADA;

c) Manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

6.1. A fundamentação da contratação e a descrição da necessidade encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo a este processo.

7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, adotando-se o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

7.2. O regime de execução será o de **Empreitada por Preço Unitário**.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DOS VEÍCULOS

8.1. Além das descrições constantes no Item 2, os veículos deverão atender aos seguintes requisitos mínimos de segurança e qualidade:

- a) **Idade da Frota:** Ano de fabricação/modelo não inferior a **2023**;
- b) **Segurança:** Possuir cinto de segurança para todos os passageiros, encosto de cabeça, freios ABS e Airbags (conforme legislação vigente);
- c) **Itens Obrigatórios:** Pneus em perfeito estado de conservação (não remoldados), estepe operante, triângulo, macaco, chave de roda e extintor (se exigido por lei para a categoria);
- d) **Conforto:** Ar-condicionado funcionando perfeitamente, direção hidráulica ou elétrica;
- e) **Documentação:** Estarem devidamente licenciados e com todos os impostos e taxas quitados (IPVA, DPVAT, Licenciamento).

9. DAS CONDIÇÕES DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO

9.1. A locação será na modalidade **sem motorista e sem combustível**, com quilometragem **LIVRE** (ilimitada).

9.2. A **CONTRATADA** será responsável por todas as despesas de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, lubrificantes, fluidos, pneus, seguros, licenciamento, IPVA e quaisquer outras taxas incidentes sobre a propriedade e uso do veículo.

9.3. Manutenção Preventiva: Deverá seguir rigorosamente o manual do fabricante, incluindo trocas de óleo, filtros (ar, óleo, combustível), correias, pastilhas de freio, alinhamento e balanceamento. A Contratada deverá monitorar a quilometragem para execução das revisões.

9.4. Manutenção Corretiva: Compreende o reparo de defeitos aleatórios (baterias, lâmpadas, panes elétricas ou mecânicas, furos de pneus). O custo é integral da CONTRATADA.

9.5. A Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul não reembolsará nenhum valor referente a peças ou serviços de oficina.

10. DA ENTREGA, SUBSTITUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS VEÍCULOS

10.1. Prazo de Entrega: Os veículos deverão ser entregues em até **[05 (cinco)] dias úteis** após a assinatura do contrato ou recebimento da Ordem de Início, na sede da Prefeitura Municipal ou local indicado em São Pedro do Sul/RS.

10.2. Vistoria (Check-list): Na entrega e na devolução, será realizado um *check-list* detalhado entre o Fiscal do Contrato e o representante da empresa, atestando as condições do veículo, nível de combustível e acessórios.

10.2.1. Os veículos deverão ser entregues com o **tanque cheio** e devolvidos pela Administração na mesma condição.

10.3. Substituição por Pane ou Sinistro: Em caso de pane mecânica, elétrica, acidente, furto, roubo ou necessidade de manutenção que impeça o uso do veículo, a CONTRATADA deverá realizar a substituição do bem por outro de categoria idêntica ou superior, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação.

10.4. Substituição por Quilometragem/Idade: Quando o veículo atingir **100.000 km** rodados, deverá ser substituído automaticamente por outro com quilometragem inferior, mantendo o padrão de qualidade.

11. DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

11.1. Ocorrendo autuação por infração de trânsito, a CONTRATADA deverá encaminhar a Notificação de Autuação à Administração Municipal em até **24 (vinte e quatro) horas** do recebimento, para que o Município possa identificar o condutor infrator no prazo legal.

11.2. Caso a infração não comporte identificação de condutor (multas de responsabilidade do proprietário, como pneu careca, documento atrasado, etc.), a responsabilidade financeira e pontuação será exclusiva da CONTRATADA.

11.3. As multas decorrentes de conduta dos motoristas da Prefeitura serão reembolsadas à Contratada mediante apresentação do comprovante de pagamento, ou descontadas do motorista responsável, conforme legislação municipal, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa (JARI).

12. DO SEGURO

12.1. Todos os veículos devem possuir cobertura de **Seguro Total**, abrangendo:

- a) Colisão, incêndio, roubo e furto;
- b) Danos materiais e corporais a terceiros (RCF-V).

12.2. Em caso de sinistro, o pagamento da **franquia** será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, isentando o Município de qualquer custo adicional.

13. DO PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

13.1. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo de até **10 (dez) dias consecutivos**, a contar do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato.

14. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail institucional) para esse fim.

14.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. Após a assinatura do contrato, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, alinhamento das obrigações contratuais e estratégias para execução do objeto.

14.6. A Contratada designará formalmente um **Preposto**, antes do início da prestação dos serviços, indicando seus contatos (e-mail e telefone) e poderes para resolver questões relativas à execução do objeto.

14.7. A Contratante poderá recusar, justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto, hipótese em que a Contratada deverá designar outro substituto imediatamente.

14.8. Das Obrigações Específicas na Execução:

14.8.1. A empresa contratada deverá:

a) Disponibilizar o(s) veículo(s) solicitados a partir do **10º (décimo) dia** após o início da vigência ou solicitação, conforme disposto neste Termo de Referência, em conformidade com as necessidades do Município de São Pedro do Sul - RS;

b) Providenciar o imediato reparo ou substituir o veículo que apresentar defeito durante o período de locação, observados os prazos deste TR e o Código de Defesa do Consumidor;

c) Prestar assistência técnica integral, manutenção corretiva, guincho e acionamento de seguro durante todo o período de locação;

d) Manter canais de comunicação (telefone, e-mail, WhatsApp) ativos para contato imediato da CONTRATANTE, informando prontamente qualquer alteração nestes dados;

e) Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos;

f) Fornecer os veículos completamente abastecidos (tanque cheio), higienizados e em perfeitas condições de uso e segurança;

g) Fornecer todo o suporte necessário à execução dos serviços, incluindo manutenção e peças;

h) **Rede de Atendimento:** A contratada deverá possuir sede, filial ou **rede de assistência técnica credenciada** num raio de no máximo **200 km** do Município de São Pedro do Sul - RS, para garantir a agilidade na manutenção e substituição dos veículos;

i) Manter, durante todo o período de execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.8.2. A CONTRATADA responsabilizará pela garantia correspondente ao seguro dos veículos:

a) Os veículos deverão possuir seguro total;

b) A cobertura deverá contemplar: furto, roubo, incêndio, colisão, danos materiais e corporais a terceiros (RCF-V) e acidentes pessoais de passageiros (APP);

c) A cobertura deve abranger também vidros, retrovisores e lanternas;

d) A franquia é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;

e) Em caso de sinistro, o condutor/fiscal providenciará o Boletim de

f) Ocorrência Policial e a Contratada fará os trâmites junto à Seguradora.

14.8.3. A CONTRATADA assume total responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

14.8.4. Se, no recebimento, for constatado que os veículos estão em desacordo com o exigido (defeito, fora de especificação ou ano/modelo inferior), o prazo de entrega será considerado não cumprido até que a situação seja sanada.

15. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

15.1. Da Formalização da ARP e do Cadastro Reserva

15.1.1. O Registro de Preços será formalizado por meio da **Ata de Registro de Preços (ARP)**, documento vinculativo e obrigacional, conforme Lei nº 14.133/2021 e regulamentação municipal vigente.

15.1.1.1. Da Ata constará o objeto, preços, fornecedor, Órgãos Participantes e condições de fornecimento.

15.1.2. Durante a sessão pública, os demais licitantes poderão oferecer preços iguais ao da proposta vencedora para fins de formação do **Cadastro de Reserva**.

15.1.2.1. A convocação do Cadastro de Reserva será facultada quando a vencedora não assinar a Ata ou tiver seu registro cancelado.

15.1.2.2. A ordem de classificação do Cadastro Reserva respeitará a ordem da licitação. Licitantes que aceitaram reduzir o preço ao valor da vencedora têm preferência sobre os que mantiveram sua proposta original (mas dentro do estimado).

15.1.3. O fornecedor registrado obriga-se a cumprir as condições da Ata, sujeito às penalidades em caso de descumprimento.

15.1.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

15.1.5. É vedada a participação do Órgão em mais de uma Ata com o mesmo objeto no prazo de validade.

15.2. Das Condições e Prazo para Assinatura da Ata

15.2.1. Homologada a licitação, a vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços.

15.2.2. O prazo para assinatura é de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, prorrogável uma vez por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.

15.2.3. A assinatura poderá ocorrer por meio eletrônico, mediante certificado digital (ICP-Brasil) ou sistema oficial utilizado pelo Município.

15.3. Da Negociação e Alteração dos Preços Registrados

15.3.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços de mercado ou fato que eleve o custo dos serviços (força maior, fato do príncipe), nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e legislação municipal aplicável.

15.3.2. **Redução de Preços:** Quando o preço de mercado se tornar inferior ao registrado, o Órgão Gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução.

15.3.2.1. Se o fornecedor não aceitar a redução, será liberado do compromisso (sem penalidade) e o Órgão convocará o Cadastro de Reserva.

15.3.2.2. Se não houver êxito na negociação, a Ata será cancelada.

15.3.3. **Aumento de Preços (Reequilíbrio):** Quando o preço de mercado se tornar superior ao registrado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, este poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação documental robusta do fato superveniente.

15.3.3.1. O pedido será analisado com base na legislação vigente. Se indeferido e o fornecedor não cumprir a Ata, estará sujeito às sanções de cancelamento e multa.

15.4. Do Cancelamento do Registro do Fornecedor

15.4.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho ou assinar contrato no prazo estabelecido;
- c) Não aceitar reduzir seu preço ao valor de mercado (liberação sem sanção);
- d) Sofrer sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 que impeçam a contratação.

15.4.2. O cancelamento será formalizado por despacho fundamentado, garantido o contraditório e a ampla defesa.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. É vedada a subcontratação total do objeto da licitação. **16.2.** É admitida a subcontratação parcial apenas de serviços acessórios, como manutenção mecânica,

borracharia, lavagem e socorro (guincho), mantendo-se a CONTRATADA como única responsável legal perante a Administração Municipal.

17. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1. A contratação será formalizada por meio de **TERMO DE CONTRATO** (para serviços contínuos) ou **NOTA DE EMPENHO** (para locações pontuais de curto prazo), contendo as cláusulas essenciais do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. A licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato ou retirar a nota de empenho no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

17.3. O não comparecimento injustificado ensejará a perda do direito à contratação e a aplicação das sanções cabíveis. Nesse caso, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação.

17.4. Qualquer alteração contratual deverá ser autorizada por despacho fundamentado e formalizada mediante Termo Aditivo ou Apostilamento, conforme o caso.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O recebimento dos veículos ocorrerá da seguinte forma (conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021):

18.2. Recebimento Provisório: Realizado no momento da entrega do veículo, pelo fiscal do contrato, mediante vistoria visual e preenchimento de *check-list* conferindo acessórios, estado de conservação, quilometragem e documentação.

18.3. Recebimento Definitivo: Realizado em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado (Ateste na Nota Fiscal), comprovando que o serviço está sendo executado a contento e o veículo atende a todas as especificações técnicas.

18.4. Se, no recebimento, for constatado que o veículo está em desacordo com o exigido, o objeto será recusado e a empresa terá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para realizar a substituição, sob pena de multas.

19. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA

19.1. A garantia da locação consiste na **disponibilidade integral** do veículo em perfeitas condições de uso.

19.2. A Contratada deve assegurar assistência 24 horas e aplicar as normas do Código de Defesa do Consumidor naquilo que couber à relação.

20. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATANTE (MUNICÍPIO)

20.1. Realizar a vistoria (*check-list*) no recebimento e na devolução do veículo.

20.2. Notificar a Contratada sobre multas de trânsito decorrentes de infrações cometidas por condutores da Prefeitura, para a devida indicação de condutor.

20.3. Arcar com as despesas de **combustível, pedágios, estacionamento e lavagens** decorrentes do uso diário do veículo.

20.4. Providenciar a identificação visual (adesivagem) do veículo, se necessário, arcando com os custos de aplicação e remoção (ou solicitar que a contratada o faça, mediante ressarcimento, se previsto em planilha).

20.5. Permitir o acesso de prepostos da Contratada para manutenções agendadas.

20.6. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

21. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA (LOCADORA)

21.1. Apresentar veículos com ano/modelo e especificações exigidas neste TR.

21.2. Responsabilizar-se por **toda a manutenção** (preventiva e corretiva), trocas de óleo, pneus e peças.

21.3. Indicar a rede de oficinas credenciadas ou realizar a busca e entrega (*leva e traz*) do veículo para manutenção, sem custo adicional de deslocamento num raio de 50 km.

21.4. Substituir o veículo em caso de pane, revisão ou sinistro em até **24 horas**.

21.5. Arcar com todos os impostos, taxas, licenciamento, IPVA e seguro obrigatório.

21.6. **Pneus:** Realizar a troca sempre que atingirem o limite de segurança (TWI), sendo vedado o uso de pneus recapados ou remoldados.

21.7. Prestar assistência 24 horas (guincho e socorro mecânico).

22. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

22.1. A execução será fiscalizada por servidor designado (Fiscal do Contrato), que anotará em registro próprio todas as ocorrências (Art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

22.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em até **30 (trinta) dias** contados da liquidação da despesa (apresentação da Nota Fiscal atestada pelo Fiscal).

23.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro do Sul, acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista).

23.3. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente de titularidade da Contratada. É vedado o pagamento via boleto bancário.

23.4. Haverá retenção de tributos na fonte conforme legislação vigente.

24. DO REAJUSTE

24.1. Os preços são fixos e irredutíveis pelo prazo de **01 (um) ano**.

24.2. Após 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados pelo índice **IPCA/IBGE** acumulado no período, mediante solicitação da Contratada.

25. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

25.1. Não será exigida garantia de execução contratual (caução) para este objeto, dada a característica de pagamento pós-execução mensal.

26. DA PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

26.1. As partes comprometem-se a tratar os dados pessoais envolvidos na execução do contrato em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), garantindo o sigilo sobre informações de trajetos e servidores.

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

27.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 27.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

27.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 30.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

27.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 27.2.

27.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

27.6. A aplicação das sanções previstas no item 27.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

27.7. Na aplicação da sanção prevista no item 27.2, alínea “b”, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

27.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 27.2 o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

27.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

27.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

27.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

27.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias das Secretarias solicitantes, a serem indicadas em cada Nota de Empenho emitida.

29. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

29.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses do art. 137 da Lei nº 14.133/2021 (rescisão), assegurados os direitos da Administração.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E SEGUROS

30.1. Os veículos devem pertencer à frota da locadora ou estarem sob sua posse legal.

30.2. Licenciamento: Os veículos devem estar devidamente licenciados perante os órgãos de trânsito competentes (DETRAN), em qualquer unidade da federação.

30.3. Cobertura de Seguro: A Contratada deve apresentar apólice de seguro vigente abrangendo:

a) Cobertura abrangente (Casco) 100% da tabela FIPE (colisão, incêndio, roubo/furto);

b) Danos Materiais a Terceiros (RCF-V): Mínimo de **R\$ 100.000,00**;

c) Danos Corporais a Terceiros (RCF-V): Mínimo de **R\$ 50.000,00**;

d) Acidentes Pessoais de Passageiros (APP): Mínimo de **R\$ 10.000,00** por passageiro.

30.4. A CONTRATADA poderá optar por assumir os riscos ("auto-seguro") para o Casco, mas a cobertura contra **Terceiros** deve ser comprovada via Apólice de Seguradora idônea (SUSEP).

30.5. A **franquia** em qualquer sinistro é de responsabilidade **exclusiva da CONTRATADA**.

30.6. Esclarecimentos técnicos podem ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Administração, pelo fone (55) 3276-6108, das 8h às 14h.

São Pedro do Sul/RS, 05 de janeiro de 2026.

Ernande Aita
Setor de Licitações